

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.030

# **PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: INTERVENÇÕES COM PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

*JOSÉ TADEU ACUNA*

Psicólogo. Doutor e Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Educação São Luís, Jaboticabal – São Paulo. [tadeuacuna@gmail.com](mailto:tadeuacuna@gmail.com)

## **RESUMO**

A motivação deste trabalho surge considerando que as políticas públicas educacionais têm sido pautadas a partir dos princípios da Educação Inclusiva, os quais asseveram a importância de se garantir a recursos humanos, físicos, pedagógicos e serviços inter-setoriais para assegurar a permanência e conclusão dos estudos de todos os alunos. Nesse contexto, a psicologia desempenha um papel relevante ao oferecer suporte aos processos de ensino e aprendizagem, por meio de intervenções que visam atender às demandas educacionais dos estudantes e promover a inclusão escolar. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi realizar uma revisão de teses e dissertações publicadas entre os anos de 2008 e 2023 com o intuito de investigar e analisar as intervenções de psicólogos(as) realizadas com professores do ensino fundamental, visando o apoio à sua prática pedagógica para atender às necessidades educacionais do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE). Os resultados obtidos na presente pesquisa indicaram que a publicação de obras especializadas na área investigada não é tão frequente quanto se esperava. No entanto, foram identificadas diversas possibilidades de intervenções, estratégias e abordagens que podem ser utilizadas pelos psicólogos(as) para auxiliar os professores em suas demandas pedagógicas com estudantes PAEE. Além disso, foi possível constatar que as práticas realizadas pelos(as) psicólogos(as) tiveram efeitos positivos sobre o trabalho dos professores, preparando-os e instrumentalizando-os para desempenhar suas atividades docentes de maneira mais eficaz. Diante desses resultados, conclui-se que é fundamental incentivar o desenvolvimento de novas ações por parte dos profissionais de psicologia que atuam na área da educação especial, considerando a escassez de publicações científicas sobre essa interface. Espera-se que o mapeamento realizado nesta pesquisa possa contribuir para a ampliação do

conhecimento nessa área e para a promoção de práticas mais efetivas e inclusivas no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Psicologia, Educação Inclusiva, Educação Especial

## INTRODUÇÃO

Os eventos como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrido em 1990 em Jomtiem, e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, realizado em 1994 em Salamanca, tiveram em sua agenda a importância de estabelecer diretrizes para que todos os estudantes pudessem participar coletivamente dos processos educativos, sem serem excluídos ou marginalizados devido suas particularidades, especialmente aqueles com algum tipo de deficiência ou característica peculiar de aprendizagem (BRASIL, 2015).

As discussões realizadas nesses eventos resultaram na elaboração de artigos e declarações sobre como promover a Educação Inclusiva, entendida como um conjunto de teorias que orientam práticas sociais, culturais, políticas e interpessoais que visam favorecer a legitimação da diversidade nos espaços educacionais. Incluir, nesta perspectiva, “não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário para sua ação pedagógica” (BRASIL, 2001). Uma escola inclusiva é subsidiada e amparada por recursos físicos, humanos e pedagógicos adequados às particularidades de aprendizagem de todos os seus alunos.

Na Declaração de Salamanca foi confirmada a necessidade de serviços de apoio especializado às escolas, que se desdobram em suporte à prática pedagógica dos professores e atendimentos às necessidades educacionais dos alunos, tais como estimulação de seu desenvolvimento cognitivo. Dessa forma, a instituição escolar receberia suporte das áreas de Assistência Social, Saúde e Psicologia, para que fossem garantidas condições de permanência e conclusão da formação dos estudantes (BRASIL, 1994).

O Brasil participou desses movimentos a favor da inclusão e buscou ratificar políticas públicas educacionais embasadas em princípios inclusivos. Uma medida foi instituir a Educação Especial, uma modalidade de ensino que transversaliza os demais níveis (Educação Básica à Superior), que propõe recursos ao atendimento das necessidades educacionais de aprendizagem de estudantes com deficiência, Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades/ Superdotação. Inclusive, coloca à disposição dos professores orientações para o desenvolvimento de

seu trabalho com aqueles alunos considerados como Público-Alvo da Educação Especial (PAEE).

Resumidamente, para garantir condições de inclusão do PAEE, o professor de classe comum deve conduzir sua prática pedagógica de modo a atender às necessidades educacionais de aprendizagem de todos os seus alunos. Ao suspeitar de algum estudante com deficiência, TEA ou superdotação em sala de aula, a equipe gestora e docente avalia o caso; se confirmado, o estudante é encaminhado para um serviço específico da Educação Especial, que é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), recebendo atenção do professor especializado que organiza e implementa um plano de ensino individualizado (PEI).

Legalmente, prevê-se que a escola solicite e ative parcerias com instituições filantrópicas (BRASIL, 2015), por exemplo Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com o objetivo de encaminhar os estudantes considerados PAEE para receberem outro tipo de atendimento que contribua para sua trajetória escolar, neste lugar são encontrados psicólogos(as) que atendem os alunos encaminhados, orientam suas famílias e podem visitar as escolas para proporcionar suporte aos professores quanto a como trabalhar o processo educativo (BRASIL, 2015). Cabe ressaltar que somente a partir de dezembro de 2019 foi instituída a obrigatoriedade dos serviços de psicologia e assistência social alocados nas próprias escolas (BRASIL, 2019).

Considerando que as políticas públicas educacionais preveem serviços intersetoriais para garantir a inclusão do PAEE, surgiu a motivação de investigar as práticas profissionais de psicólogos(as) orientadas a professores, sejam eles de classe comum ou de Sala de Recursos Multifuncionais. Particularmente, o principal interesse é discutir quais e que tipos de ações podem ser promovidas de forma a auxiliar os docentes a atender demandas educacionais do PAEE.

De acordo com Meira e Tanamachi (2003) a área da Psicologia que analisa os processos de aprendizagem, ensino e outros correlacionados a eles nos mais diferentes espaços sociais, é conhecida como Psicologia Escolar<sup>1</sup>. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2005, n/p), o profissional que trabalha neste ramo pode realizar:

---

1 É sabido que existem diferentes nomeações, tais como, psicologia da educação, psicologia educacional, entre outras, contudo optou-se pela designação psicologia escolar por se tratar de uma área de produção de conhecimento científico, bem com, de prática profissional. Não é interesse do artigo discutir e analisar as divergências de nomenclatura.

[...] pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva em grupo e individualmente. Envolve, em sua análise e intervenção, todos os segmentos do sistema educacional que participam do processo de ensino-aprendizagem a partir da reunião de conhecimentos de outras áreas da própria psicologia tais como, Psicologia do Desenvolvimento, Social e da Saúde, bem como aplicada a partir das mais variadas abordagens psicológicas, por exemplo, análise do comportamento, psicanálise, cognitivo-comportamental, histórico-cultural, etc.

Martinez (2009) lista as possíveis práticas do(a) psicólogo(a) escolar em duas categorias. As abordagens tradicionais, de caráter pontual e emergencial, com foco em psicoeducação que incluem: avaliação, diagnóstico e atendimento dos alunos com queixa escolar, formação de professores, orientação sexual, orientação familiar e promoção de projetos educativos. Já as abordagens emergentes, com enfoque psicossocial, são baseadas nas dimensões processuais e a longo prazo, como: gestão pessoal, desenvolvimento de projeto político-pedagógico, coordenação de disciplinas e oficinas educativas, fornecimento de subsídios para planos de ensino personalizado e preparação psicológica e técnica de educadores para lidar com a diversidade na escola.

Sant'Ana (2011) destaca que o(a) psicólogo(a), com sua bagagem teórico-prática a respeito do processo de desenvolvimento humano e áreas correlatas ao ensino e aprendizagem, é de grande importância e utilidade para o cumprimento das finalidades da Educação Especial. Segundo a autora: "A complexidade e a diversidade de relações entre fatores biológicos e psicológicos envolvidos no atendimento às crianças com deficiência explicam a importância da Psicologia e da atuação do psicólogo de estar presente nesse processo" (SANT'ANA, 2011, p.3). A pesquisadora ainda afirma que as competências deste profissional são essenciais para o apoio de professores e gestores e se "constituem como elementos essenciais para beneficiar projetos educativos que favoreçam a educação para todos" (SANT'ANA, 2011).

Ao estender sua intervenção ao grupo de professores, o(a) psicólogo(a) auxilia-os a entender a influência de uma deficiência na capacidade de aprendizagem, por meio de uma análise profunda dos aspectos psíquicos envolvidos. A avaliação psicológica é um meio para investigar as condições cognitivas dos estudantes. Embora esse processo seja realizado exclusivamente pelo psicólogo(a), ele pode fornecer informações relevantes aos professores e facilitar a elaboração de planos de ensino adaptados aos limites e possibilidades intelectuais dos alunos.

Na pesquisa de Matos e Mendes (2015), os professores participantes afirmaram que a participação do psicólogo no processo de inclusão de alunos com deficiência era necessária. Isso ocorre porque surgem dúvidas e curiosidades, durante o trabalho pedagógico com esses alunos em sala de aula, que não foram discutidas em sua formação inicial e continuada, como por exemplo, como realizar acolhimento emocional, adaptação comportamental do aluno com deficiência e orientação à sua família.

Acuna (2017) realizou uma investigação com professores de 16 escolas municipais do interior de São Paulo, que tinham demandas na área de Educação Especial, para entender qual era o papel do psicólogo escolar nesse contexto. Os resultados apontaram que os professores percebiam a importância do psicólogo em dar orientação e apoio ao corpo docente para compreender o processo de desenvolvimento humano de estudantes com deficiência, adaptar o comportamento para melhor conviver com outros colegas e facilitar o vínculo entre escola e família. Eles também indicaram que cursos de formação continuada seriam recursos importantes para o aprendizado de novas formas de conduzir o ensino do PAEE.

Arantes-Brero (2019) apresentou uma experiência na qual uma psicóloga, uma professora de atendimento educacional especializado e seis professoras de classe comum do Ensino Fundamental trabalharam juntas de forma colaborativa para enriquecer o aprendizado de estudantes com indicadores de altas habilidades/superdotação em escolas públicas. A psicóloga atuou como consultora, orientando as professoras a repensar o currículo no sentido de adaptar práticas pedagógicas que estimulassem e adiantassem o aprendizado de seus estudantes. A autora destaca que esse tipo de trabalho colaborativo traz benefícios a todos, pois o profissional de psicologia aprende sobre questões relacionadas à pedagogia ao dinamizar seus saberes com os das educadoras, que por sua vez, são instrumentalizadas para exercer sua atividade docente com maior qualidade, enriquecendo o aprendizado dos estudantes.

Embora pesquisas anteriores tenham apontado a necessidade do apoio do psicólogo escolar na prática pedagógica com alunos com deficiência em sala de aula, Anache (2007) e Mattos e Nuernberg (2010) discutem que a aproximação entre Psicologia Escolar e Educação Especial se fortaleceu somente no início do século XXI, com a promulgação das políticas públicas educacionais na perspectiva inclusiva. Acuna (2017) também reflete que, passados quase 20 anos, a maioria dos estudos publicados que articulem Psicologia Escolar e Educação Especial são de

caráter teórico e poucos relatam experiências em instituições de ensino. Portanto, há uma necessidade de estudos empíricos que investiguem a efetividade do trabalho colaborativo entre psicólogos e professores na inclusão escolar de alunos com deficiência.

Nesse sentido, surgem alguns questionamentos relevantes para a área: quais são os tipos de intervenções realizadas por psicólogos junto a professores do ensino fundamental que têm demandas na área da Educação Especial? Quais recursos, estratégias e atividades são utilizados e desenvolvidos por esses profissionais durante suas intervenções com esses professores? Em que medida essas intervenções são efetivas para auxiliar na atenção às necessidades educacionais do PAEE? Há uma frequência considerável de publicações que relatam experiências desse tipo na literatura científica?

Com o intuito de responder os questionamentos disparados realizou-se uma revisão de teses e dissertações publicadas entre os anos de 2008 e 2023 com o intuito de investigar e analisar as intervenções de psicólogos(as) realizadas com professores do ensino fundamental, visando o apoio à sua prática pedagógica para atender às necessidades educacionais do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE).

Esta investigação é considerada relevante, uma vez que explicita e divulga as possíveis práticas adotadas por profissionais da psicologia em colaboração com professores na construção de medidas inclusivas. Além disso, o estudo tem como objetivo sistematizar o conhecimento nesta área, de modo que possa ser consultado por outros profissionais envolvidos em questões relacionadas à Educação Especial. Outra relevância acadêmica e educacional desse estudo é a possibilidade de preencher uma lacuna na produção científica, já que autores como Andrada et al. (2019), Acuna (2017), Mattos e Nuernberg (2010) e Anache (2007) indicam uma escassez de referências práticas sobre a interface entre psicologia aplicada em contexto escolar, especialmente no que se refere ao processo de inclusão escolar do PAEE. Portanto, a presente pesquisa contribui para ampliar o conhecimento nessa área, fornecendo informações práticas para os profissionais envolvidos no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência. .

## **METODOLOGIA**

---

Foi delineado um estudo<sup>2</sup> qualitativo de Revisão Sistemática Integrativa de literatura, seguindo as orientações de Broome (2000) e Lima e Mito (2007). Esse método permite resumir e sintetizar o estado atual do conhecimento sobre uma determinada área de saber e identificar a evolução da produção científica em um intervalo temporal, reunindo em um só local elementos teórico-práticos sobre uma temática específica.

De acordo com Broome (2000) e Galvão, Pansani e Harrad (2015), os estudos de revisão devem ter questionamentos formulados de forma a orientar a identificação, seleção e avaliação do que se pretende conhecer. Dessa forma, é necessário delimitar o problema de pesquisa circunscrito a uma temática específica, com o objetivo de obter um resumo da trajetória do que foi produzido cientificamente dentro de um campo de conhecimento.

Para tanto, é preciso seguir alguns passos: primeiro, elaborar questões de pesquisa sobre a temática a ser investigada, com o intuito de orientar a busca por estudos relevantes; segundo, determinar as bases de dados e os critérios de inclusão e exclusão de seleção dos estudos a serem analisados; terceiro, após o levantamento, identificar e descrever em ordem cronológica o(s) autor(es), data, objetivos, metodologia, resultados e conclusões dos estudos levantados que se adéquam aos critérios de seleção; quarto, organizar o conteúdo do que foi levantado, resumindo as informações de interesse do pesquisador e elaborando reflexões sobre as informações colhidas com o intuito de facilitar a consecução dos objetivos da pesquisa; quinto, analisar o levantamento considerando responder os questionamentos do estudo proposto (Broome, 2000; Botelho, Cunha e Macedo, 2011).

Dessa forma, a utilização de uma revisão sistemática integrativa de literatura é uma metodologia importante para a síntese do conhecimento existente sobre uma determinada área, permitindo a identificação de lacunas de pesquisa e contribuindo para o avanço do campo em questão. Além disso, a adoção de critérios rigorosos na seleção dos estudos a serem analisados garante a qualidade e a confiabilidade dos resultados obtidos.

---

2 3 O presente estudo é um recorte e deriva de uma outra pesquisa elaborado pelo autor deste capítulo (ACUNA, 2021).

O objetivo da presente revisão sistemática integrativa foi analisar a produção científica brasileira, composta por artigos, teses e dissertações, datados entre 01/01/2008 e 01/01/2023, e indexados em bases de dados relevantes na área, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). O período selecionado foi justificado pela promulgação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva em 2008 (BRASIL, 2008), o que levou à normatização legal dos serviços de atendimento educacional ao PAEE.

Foram estabelecidos critérios rigorosos para a seleção das obras a serem analisadas, incluindo a utilização de descritores dinamizados pelos operadores booleanos, a disponibilidade de obras completas para download e a descrição de relatos de experiências de intervenções de psicólogos com professores do ensino fundamental de classe regular e/ou SRM em português. Foram excluídos arquivos que não estavam dispostos para download na íntegra, com problemas de visualização, fora do idioma escolhido e artigos que relatassem experiências em contextos internacionais, ou seja, fora do Brasil.

Após o levantamento inicial, os resumos das teses, dissertações e artigos foram lidos para verificar se atendiam aos critérios estipulados. Os que se adequavam foram analisados na íntegra e sumarizados, com destaque para os objetivos, resultados e conclusões. Cabe destacar que, devido ao número reduzido de arquivos encontrados, foi possível realizar e apresentar uma sinopse de cada um, tal como orientado por Broome (2000). A partir dessa sumarização, foram realizadas reflexões sobre a baixa recorrência de produção científica e examinadas as características das ações dos profissionais de psicologia orientadas aos professores de ensino fundamental que tenham alguma demanda formativa sobre a inclusão do PAEE. As discussões foram realizadas considerando responder os questionamentos norteadores da revisão, conforme orientado por Broome (2000) e Botelho, Cunha e Macedo (2011).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

---

Foram analisados um total de 353 arquivos, cujos resumos foram avaliados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Desse modo, foram selecionadas 10 obras que apresentavam relatos de experiências de profissionais

da psicologia oferecendo serviços para professores que atendiam alunos com necessidades educacionais especiais (PAEE).

As obras encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram de Rosin-Pinola (2009), Pereira (2009), Khoury (2011) e Vieira (2014). Na PEPSIC, as obras que atendiam aos critérios foram de Freller (2010), Bastos e Kupfer (2010) e Prioste (2010). Por fim, na SCIELO, foram encontradas obras de Ferreira et al (2009), Oliveira e Leite (2011) e Benitez e Domeniconi (2014). Não foram encontradas produções nos anos de 2008, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017.

Os relatos de experiência selecionados apresentavam diferentes estratégias e objetivos. Por exemplo, Ferreira et al (2009) promoveram um curso de formação para professores do ensino fundamental, utilizando recursos lúdicos, desenhos, pinturas e obras de arte para suscitar discussões sobre a prática pedagógica voltada aos alunos com deficiência intelectual. A oficina permitiu a construção de um ambiente amistoso que facilitou a troca de experiências, informações e estratégias de ensino entre os professores participantes, resultando em novas práticas pedagógicas e redução do sofrimento psicológico dos professores.

Já o estudo desenvolvido por Rosin-Pinola (2009) teve como objetivo descrever e avaliar os impactos de um programa de promoção de habilidades sociais educativas com base na análise do comportamento. Para isso, a autora utilizou a estratégia de consultoria colaborativa, trabalhando com três professoras de classe comum que tinham alunos com transtorno opositor de conduta e deficiência intelectual em suas salas de aula. A consultoria consistiu em avaliar os alunos e suas necessidades, levantar as habilidades sociais educativas das docentes e trabalhar com elas em elementos relacionados à educação especial na perspectiva inclusiva, treinamento de habilidades sociais educativas e esclarecimento de dúvidas. Os resultados foram positivos, com aumento do score no inventário no pós-teste, além de uma melhora nas habilidades sociais educativas das professoras e na diminuição dos problemas comportamentais dos alunos.

Esses relatos de experiência evidenciam a importância do trabalho colaborativo entre profissionais da psicologia e professores na busca por práticas pedagógicas inclusivas e efetivas para alunos com necessidades educacionais especiais. A consultoria colaborativa e as oficinas de capacitação são algumas das estratégias que podem ser utilizadas nesse sentido, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação.

Pereira (2009) realizou um processo de consultoria colaborativa com seis professoras de classe regular que atendiam alunos com deficiência auditiva, com base na análise do comportamento. O objetivo era estabelecer estratégias de ensino e manejo comportamental para otimização do processo educativo desses alunos. A avaliação do desempenho acadêmico dos alunos foi realizada coletivamente pelas professoras e o psicólogo, que depois discutiram e estabeleceram as intervenções necessárias. Foi observado um aumento significativo no desempenho acadêmico dos alunos após a intervenção. Os resultados indicam que a consultoria colaborativa pode ser uma prática positiva para construção de novas práticas de ensino adequadas às necessidades educacionais dos alunos.

Freller (2010) realizou um curso de formação sobre práticas inclusivas em uma escola municipal de São Paulo. Com base nos pressupostos freudianos, a autora formou grupos heterogêneos de profissionais que trabalhavam naquela escola com o objetivo de compartilhar experiências e estratégias sobre a interação com alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo alunos com deficiência intelectual e autismo. A equipe buscou promover um canal catártico de angústias e construção de possíveis estratégias para o enfrentamento dessas demandas. Os resultados apontaram que esta prática é positiva e auxilia no trabalho com este tipo de público, pois são reunidas e compartilhadas experiências e saberes sobre como educar os estudantes, inclusive proporciona um efeito terapêutico nos participantes do grupo.

Bastos e Kupfer (2010) reuniram professores, funcionários e diretores de escolas municipais e estaduais de São Paulo com o objetivo de discutir demandas advindas do trabalho educativo com alunos com psicose e autismo em sala de aula, utilizando a teoria lacaniana em sua intervenção. A estratégia visou construir um grupo heterogêneo que permitisse a catarse do sofrimento e o compartilhamento de experiências. Os resultados indicaram que este tipo de intervenção tem consequências positivas, como efeito terapêutico nos profissionais e o acúmulo de conhecimentos advindos da partilha de experiências entre eles.

Prioste (2010) promoveu um curso de formação para professores de ensino fundamental de escolas estaduais, com o objetivo de discutir questões ligadas à sexualidade de crianças com Síndrome de Down em sala de aula, utilizando o referencial psicanalítico. Foram realizadas reuniões ao longo do ano, nas quais os participantes discutiram essas questões e construíram estratégias de ensino voltadas para estes alunos. A intervenção resultou em progresso no desenvolvimento de

estratégias didáticas e comportamentais, além de gerar efeito catártico em relação às angústias sobre o trabalho docente.

Oliveira e Leite (2011) realizaram uma intervenção em conjunto com uma professora da Sala de Recursos Multifuncionais, especialista e responsável por alunos com deficiência intelectual de uma escola estadual de ensino fundamental. Utilizando a teoria sócio-histórica, as pesquisadoras realizaram um questionário anterior à intervenção para verificar o conhecimento da professora sobre deficiência intelectual e suas estratégias de ensino. Após a obtenção desses dados, as autoras elaboraram um estudo e supervisão de casos em conjunto com a professora, para pensar na adaptação curricular necessária ao atendimento das necessidades de aprendizagem dos estudantes. Os resultados indicaram que durante o processo de intervenção e trabalho coletivo com as pesquisadoras, a professora pôde refletir sobre sua atuação e elaborar novas estratégias de ensino a serem aplicadas em sua prática.

Khoury (2011) elaborou, desenvolveu e avaliou a eficácia de um programa de treinamento destinado a professores do ensino fundamental do ciclo I, utilizando os princípios da análise do comportamento. O objetivo era oferecer treinamento comportamental aos professores para lidarem com alunos com TEA matriculados em classe comum. O programa foi dividido em três fases: avaliação, intervenção e avaliação pós-intervenção. Na fase de avaliação, foram coletadas informações sobre o conhecimento dos professores em relação ao TEA e suas estratégias de ensino. Na fase de intervenção, foi realizado um treinamento comportamental com os professores, que incluiu orientações sobre o comportamento dos alunos, intervenções comportamentais e estratégias de ensino. Na fase de avaliação pós-intervenção, foi avaliado o desempenho dos alunos e sua interação com os professores. Os resultados indicaram que o programa de treinamento comportamental foi eficaz para melhorar o desempenho dos alunos com TEA e a interação com os professores em sala de aula.

Albuquerque e Kupfer (2012) realizaram um estudo de caso em uma escola municipal de São Paulo, com o objetivo de verificar a eficácia de uma intervenção baseada nos pressupostos da teoria psicanalítica para lidar com comportamentos desafiadores de um aluno com autismo em sala de aula. A intervenção consistiu em uma reunião semanal com os professores, em que foram discutidas as dificuldades encontradas na interação com o aluno e foram propostas estratégias para lidar com esses comportamentos. Os resultados indicaram que a intervenção foi eficaz, pois

houve uma melhora significativa no comportamento do aluno em sala de aula e na interação com os professores.

Em resumo, os estudos apresentados indicam que intervenções colaborativas baseadas em diferentes teorias e abordagens podem ser eficazes para melhorar a prática educativa e a interação com alunos com necessidades educacionais especiais. A construção de grupos heterogêneos que permitam a partilha de experiências e estratégias, a reflexão sobre a prática docente e a elaboração conjunta de estratégias de ensino são práticas que podem contribuir para a melhoria do processo educativo desses alunos.

Um curso de capacitação baseado na psicologia social foi realizado por Vieira (2014) com 66 professores de duas escolas municipais de ensino fundamental de uma cidade do interior paulista, com o objetivo de capacitá-los a ter atitudes positivas em relação à inclusão de alunos com deficiência. A intervenção teve como foco otimizar o processo de ensino deste alunado e as interações em sala de aula, e utilizou a Escala Likert de Atitudes Sociais em relação à Inclusão antes e depois da intervenção, bem como a Escala de Validade Social pós-capacitação para avaliar seus efeitos. Os resultados indicaram uma mudança atitudinal positiva dos professores em relação aos seus alunos com deficiência e ganho de novos conhecimentos sobre o processo de inclusão em sala de aula.

Em relação à produção científica, um número relativamente baixo de obras (dez em um total de 353) atendeu aos critérios de inclusão em um estudo sobre a atuação do profissional de psicologia junto a professores da Educação Especial. No entanto, é importante ressaltar que a baixa recorrência de produção científica não significa necessariamente que os profissionais de psicologia não estejam realizando intervenções junto aos docentes. A submissão de manuscritos em periódicos científicos requer um longo processo que começa com a intervenção do profissional de psicologia e culmina na comunicação científica indexada em periódicos, o que pode desfavorecer sua divulgação.

Autores como Anache (2007), Mattos e Nuernberg (2010) e Acuna (2017) sugerem que a articulação entre as áreas de psicologia escolar e Educação Especial ainda é pouco explorada na literatura, devido à falta de uma lei que atestasse a obrigatoriedade do psicólogo escolar no espaço físico das escolas públicas até o final da primeira década do século XXI. A atuação do psicólogo nas escolas públicas sofre embates de ordem política e econômica, pois são abertos poucos editais para contratação desses profissionais. Quando ocorre a contratação, eles não são

alocados para atuarem nas instituições educacionais, mas em outras áreas, como a da saúde, prestando serviços às escolas por meio do convênio com Secretarias Municipais de Educação. No entanto, a promulgação da lei 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, deve ter trazido mudanças nesse processo de contratação, embora a situação precise ser investigada.

A partir das considerações de Mattos e Nuernberg (2010), Guzzo, Mezzalira e Moreira (2012) e Acuna (2017), é possível inferir que a baixa frequência de relatos de experiência de profissionais de psicologia em contextos escolares que envolvam demandas da Educação Especial se deve à ausência constante desses profissionais nas escolas. As intervenções realizadas pelos psicólogos nessas situações são caracterizadas como emergenciais e informativas, como indicado por Martinez (2009), e envolvem habilidades sociais necessárias para a interação com alunos com deficiência, além da preparação psicológica do corpo docente para lidar com as expectativas e anseios relacionados à capacidade desses alunos.

Diferentes estratégias metodológicas e abordagens psicológicas foram empregadas pelos profissionais de psicologia para colaborar com o trabalho pedagógico dos professores, incluindo consultoria colaborativa por Pereira (2009) e Rosin-Pinola (2009) com base na análise do comportamento, grupos de professores organizados por Ferreira et al. (2009), Freller (2010), Bastos e Kupfer (2010) e Prioste (2010) com base em teorias psicanalíticas, capacitações por Benitez e Domeniconi (2014) com base na teoria comportamentalista e Vieira (2014) com base na psicologia social, estudo e supervisão de caso por Oliveira e Leite (2011) com base na psicologia histórico-cultural e treinamento cognitivo-comportamental proposto por Khoury (2011). Todas essas abordagens e metodologias têm em comum o objetivo de ensinar os professores a lidar com as demandas apresentadas pelos alunos com deficiência, transmitindo conhecimentos da área de atuação dos psicólogos.

É importante destacar que, além do aspecto educativo, os trabalhos de Ferreira et al. (2009), Freller (2010), Bastos e Kupfer (2010) e Prioste (2010) também visaram contribuir para a saúde psicológica dos educadores. Conforme Meira e Tanamachi (2003), a psicologia escolar é uma área que reúne conhecimentos de outras áreas, como a psicologia social, do desenvolvimento e da saúde, e seu objeto de estudo é amplo e variado, incluindo o processo de escolarização e todos os fatores que envolvem a escola e as relações de ensino e aprendizagem. Para analisar

tantos fenômenos, é necessário um vasto conjunto de elementos teórico-práticos para subsidiar a prática do psicólogo escolar.

Como uma área ampla que congrega diversos conhecimentos, os profissionais de psicologia podem auxiliar os professores de classe regular e de Salas de Recursos Multifuncionais no atendimento das necessidades educacionais dos alunos com deficiência, fornecendo informações valiosas sobre como cada indivíduo aprende a partir da análise da interação entre os processos físicos, psicológicos e sociais que acontecem ao longo do desenvolvimento do aluno, como apontado por Sant'Ana (2011). O psicólogo escolar pode atuar como um consultor, como apresentado por Pereira (2009) e Rosin-Pinola (2009), utilizando a consultoria colaborativa para dinamizar conhecimentos e criar novas estratégias para alcançar objetivos em comum, conforme indicado por Arantes-Brero (2019).

A formação do professor em pedagogia, exigida para o exercício no Ensino Fundamental, não contempla de forma aprofundada conteúdos como funcionamento psicológico, avaliação cognitiva e habilidades sociais para interação com os estudantes e acolhimento da família, que são temas estudados com maior afinco na graduação de psicologia. Assim, o (a) psicólogo (a) pode atuar por meio da consultoria colaborativa, informando sobre esses aspectos e refletindo em conjunto com o professor sobre sua prática pedagógica, estruturando-a de acordo com as necessidades educacionais dos alunos com deficiência (ARANTES-BRERO, 2019).

Além disso, o (a) profissional de psicologia pode promover a saúde psicológica e o bem-estar dos professores, oferecendo suporte na construção de estratégias para enfrentar os desafios que surgem em sala de aula (ACUNA, 2017). Esse trabalho pode ser realizado em grupo ou de maneira individual, com o objetivo de fortalecer os vínculos entre professores e formar um grupo que possa se apoiar mutuamente. O (a) psicólogo (a) pode ainda criar contextos motivacionais para a prática pedagógica do professor.

Diferentes abordagens psicológicas têm sido utilizadas para atuar junto aos professores, como análise do comportamento, teoria cognitivo-comportamental, psicologia social, sócio-histórica e psicanálise. Independente da abordagem adotada, as intervenções têm obtido sucesso ao promover o suporte à prática pedagógica do professor (FERREIRA et al., 2009; FRELLER, 2010; BASTOS; KUPFER, 2010; PRIOSTE, 2010; BENITEZ; DOMENICONI, 2014; VIEIRA, 2014; OLIVEIRA; LEITE, 2011; KHOURY, 2011).

Embora a publicação de obras que relatam a experiência de profissionais de psicologia em contextos escolares que envolvem demandas da Educação Especial seja pouco frequente, é importante investigar essa questão de forma mais aprofundada, considerando outros indexadores de artigos científicos, anais de congresso e capítulos de livro (MATTOS; NUERNBERG, 2010; GUZZO; MEZZALIRA; MOREIRA, 2012; ACUNA, 2017).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

A psicologia aplicada aos processos de ensino e aprendizagem oferece diversos tipos de conhecimento que, quando articulados ao saber pedagógico, podem favorecer a construção de medidas inclusivas para os estudantes. Durante o estudo de revisão bibliográfica, foi observado que os profissionais da psicologia colaboraram com os professores de duas formas: primeiro, no aprimoramento de sua prática pedagógica para atender às necessidades educacionais dos alunos, e segundo, no sentido motivacional e subjetivo para o desenvolvimento do trabalho docente.

A ciência psicológica tem como objeto de estudo o ser humano em suas múltiplas relações, investigando suas particularidades e desenvolvimento biopsicossocial. Quando esses saberes são aplicados no campo educacional, tornam-se imprescindíveis para a Educação

Especial, uma vez que a base desse serviço é a avaliação cognitiva e comportamental dos estudantes, a fim de subsidiar o planejamento de relações de ensino adequadas às suas necessidades de aprendizagem.

Apesar de o profissional de psicologia dispor de conhecimentos sobre o ensinar e aprender, é o pedagogo que estará em contato direto com o estudante, planejando e implementando estratégias pedagógicas adequadas. Nesse sentido, o (a) psicólogo (a) pode atuar como mediador da atividade do docente, introduzindo novos conhecimentos que vão além da formação inicial do professor, e motivando e preparando-o para enfrentar os desafios presentes no processo de inclusão.

Por fim, espera-se que o mapeamento das intervenções desenvolvidas por profissionais de psicologia em conjunto com professores do Ensino Fundamental possa colaborar com outras pesquisas que visem ampliar as possibilidades de ações em contexto escolar, favorecendo o processo de inclusão dos alunos com deficiência.

## REFERÊNCIAS

---

ACUNA, J. T. Psicologia e Educação Especial: revisão sobre intervenções do (a) psicólogo com professores do ensino fundamental. In: Eduardo Gomes Onofre; Margareth Maria de Melo; Sandra Meza Fernandez. (Org.). **Construindo diálogos na educação inclusiva: acessibilidade, diversidade e direitos humanos**. 1ed. Campina Grande: Realize, 2021, v. 1, p. 1236-1255

\_\_\_\_\_. **Interface entre Psicologia e Educação Especial em contexto escolar**. 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências UNESP, Bauru. 2017.

ANACHE, A. A. A pessoa com deficiência mental entre os muros da educação. Em: CAMPOS, H.R. (Org.). **Formação em psicologia escolar: realidades e perspectivas**. 1 ed. Campinas: Alínea, p. 213-243. 2007.

ARANTES-BRERO, D. R. B. **Enriquecimento escolar para estudantes com altas habilidades/superdotação em uma escola pública por meio da consultoria colaborativa**. 131f. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Faculdade de Ciências UNESP, Bauru. 2019.

BASTOS, M. B.; KUPFER, M. C. M. A escuta de professores no trabalho de inclusão escolar de crianças psicóticas e autistas. **Estilos da Clínica**, v.15 n.1, p.116-125, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/46081/49706>. Acesso em: 10. abr. 2017.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. **Rev. bras. educ. espec**, v. 20, n. 3, p. 371-386, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Priscila\\_Benitez/publication/287473242\\_Professional\\_development\\_of\\_educational\\_agents\\_Proposal\\_for\\_developing\\_inclusive\\_strategies/links/567eb608ae197583898c4f.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Priscila_Benitez/publication/287473242_Professional_development_of_educational_agents_Proposal_for_developing_inclusive_strategies/links/567eb608ae197583898c4f.pdf). Acesso em: 10. abr. 2017.

BOTELHO, L. L. R.; ALMEIDA, C. C. C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. **Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 04/08/2014

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 2001. Disponível [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017\\_2001.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf). Acesso em: 18 out. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP. 2008. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/Resol\\_4\\_2009\\_CNE\\_CEB.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/Resol_4_2009_CNE_CEB.pdf)> Acesso em 23/04/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Orientações para a implementação da política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. p. 200. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. 2019

BROOME, M. E. Integrative literature reviews in the development of concepts. In B. L. RODGER.; K. A. KNAFL (Eds.). **Concept development in nursing: Foundations, techniques and applications**. Philadelphia: W. B. Saunders. p.231-250. 2000.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução CFP nº 02/01. Altera e regulamenta a Resolução CFP nº 014/00 que institui o título profissional de especialista em psicologia e o respectivo registro nos Conselhos Regionais**. p. 18. 2007. Disponível em: [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2001\\_2.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2001_2.pdf). Acesso em: 10. abr. 2017.

FERREIRA, J. M. et al. Arte, formação de professores e Inclusão Escolar: possibilidades de atuação do psicólogo em contextos educacionais. **Cad. psicopedag.**, São Paulo, v. 7, n. 13, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-10492009000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-10492009000100002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 jan. 2015.

FRELLER, C. C. É possível ensinar educadores a incluir? Como ensinar educadores a ensinar alunos de inclusão? **Estilos da Clínica**, v. 15, n. 2, p. 326-345. 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282010000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282010000200004). Acesso em: 10. abr. 2017.

GALVÃO, T. F.; PANSANI, T. de. S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 335-342, 2015.

GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. da C.; MOREIRA, A. P. G. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 2, p. 329-338. 2012.

KHOURY, L. P. **Treinamento de professores no manejo comportamental de cinco alunos com transtorno do espectro do autismo na condição de inclusão escolar**. 2011. 118f. Dissertação (mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Programa de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento. Mackenzie. São Paulo. 2011.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

MARTINEZ, A. M. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Rev. Psicologia Escolar e Educacional**, v.13, n.1, p.169-177, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572009000100020](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100020). Acesso em: 10. abr. 2017.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar. **Rev. bras. educ. espec**, v. 21, n. 1, p. 9-22. 2015. Disponível em: <http://www>.

scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-65382015000100009. Acesso em: 10. abr. 2017.

MATTOS, L. K. de; NUERNBERG, A. H. A intervenção do psicólogo em contextos de educação especial na grande Florianópolis. **Rev. Brasileira de educação especial**, Marília, v. 16, n. 2, p. 197-214. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382010000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10. abr. 2017.

MEIRA, M. E. M.; TANAMACHI, E. de R. A atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em psicologia e educação. Em: MEIRA, M. E. M.; MITSUKO, A. M. A. (Orgs). **Psicologia Escolar: práticas críticas**. São Paulo, Casa do Psicólogo. 2003.

OLIVEIRA, M. A. de; LEITE, L. P. Educação inclusiva: análise e intervenção em uma sala de recursos. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 21, n.49, p. 197-205. 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2011000200007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 07 jun.2016.

PEREIRA, V. A. **Consultoria colaborativa na escola: contribuições da psicologia para inclusão escolar do aluno surdo**. 2009. 164f. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Centro de Educação em Ciências Humanas, UFSCAR – São Carlos. 2009.

PRIOSTE, C. D. Educação inclusiva e sexualidade na escola: relato de caso. **Estilos da Clínica**, v. 15, n. 1, p. 14-25. 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282010000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282010000100002). Acesso em: 10. abr. 2017.

ROSIN-PINOLA, A.R. **Programa de Habilidades Sociais Educativas: Impacto sobre o repertório de professores e de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2009. 200f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. USP. Ribeirão Preto. 2009.

SANT'ANA, I. M. Contribuições da atuação do psicólogo escolar na educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Vertentes (UFSJ)**, p. 26-38. 2011.

Disponível em: [http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Izabella\\_Mendes.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/v.%2019%20n.%202/Izabella_Mendes.pdf). Acesso em: 10. abr. 2017.

VIEIRA, C. M. **Atitudes sociais em relação à inclusão: efeitos da capacitação de professores para ministrar programa informativo aos alunos** . 183f. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências. UNESP. Marília. 2014.